

## **A importância da gestão da informação para a prática da sustentabilidade: o caso de Rio Verde de Mato Grosso**

### **RESUMO**

A sustentabilidade no mundo de hoje é mais do que uma verdade, ela deve ser vivida na prática e para que isso ocorra é necessário que a população em geral possua conhecimento do que é a sustentabilidade para que seja possível seu desenvolvimento. Faltam informações e entendimento das informações, para que possa haver, de fato, desenvolvimento sustentável. As ações desencadeadas pelo governo e organizações do terceiro setor podem não ter o impacto desejado caso a comunidade não possua informações suficientes para o discernimento da ação e vivência desse conhecimento. A gestão da informação, nesse contexto, pode auxiliar o processo de disseminação da informação, como mais uma estratégia para a tomada de consciência da comunidade envolvida. Constitui-se em uma pesquisa de campo, de caráter exploratório, a qual se desenvolveu na cidade de Rio Verde de Mato Grosso, objetivando-se identificar as principais ações relacionadas ao tema sustentabilidade pelo executivo municipal. Parte-se do pressuposto de que a gestão da informação, orientada as ações de sustentabilidade poder-se-ia contribuir ao processo de tomada de consciência da população local. Utilizou-se como instrumento de pesquisa um questionário, o qual foi aplicado aos transeuntes da principal praça da cidade, com o intuito de perceber o nível de consciência da população em relação ao tema sustentabilidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gestão da informação. Sustentabilidade. Rio Verde de Mato Grosso - MS

**Área Temática:** Bibliotecas, serviços de informação & sustentabilidade.

### **1 INTRODUÇÃO**

Rio Verde de Mato Grosso é uma pequena cidade ao norte do Estado de Mato Grosso do Sul cercada por paredões de rocha, serras, rios e cachoeiras que formam um cenário cinematográfico.

No município de Rio Verde 14 rios distintos nascem e morrem, construindo as belezas naturais da cidade, que se localiza dentro da bacia hidrográfica do Rio Taquari, o Aquífero Guarani, a maior reserva de água doce subterrânea do mundo, que se reabastece com as águas das chuvas, sua metragem total é de 55 mil km<sup>3</sup>, e 213.200 Km<sup>2</sup> nessa região, dessa forma, a preservação desta região é de suma importância para garantia do desenvolvimento econômico sustentável, e para que isso ocorra é necessário que a população local tenha consciência do

que é a Sustentabilidade, contudo como se obter a consciência de algo que não se conhece, ou não se entende?

E é sob essa pergunta que nasce a problemática da presente pesquisa questionando quais as políticas de sustentabilidade local disseminadas entre a população na garantia da preservação de Rio Verde de Mato Grosso? A pesquisa busca identificar quais os projetos de sustentabilidade existentes para a cidade, como o poder público dissemina os projetos existentes entre a população, e qual o grau de conhecimento da mesma sobre a sustentabilidade local. O estudo almeja compreender o grau de conhecimento sobre a sustentabilidade, acreditando que a sustentabilidade é uma temática de prática, e não se pode praticar o que não se conhece.

A pesquisa é definida como uma pesquisa de campo, de caráter exploratório, como define Odília Fachin (2003, p. 133) “[...] a pesquisa de campo é a que se realiza com o fato social situado em seu contexto natural, ou seja, em seu campo ou habitat natural, sem nenhuma alteração imposta pelo pesquisador. [...]”. Os sujeitos da pesquisa foram representantes da prefeitura, da secretaria de meio ambiente, aplicou-se uma entrevista a uma historiadora da cidade, além da aplicação de questionário com a população local.

## **2 SUSTENTABILIDADE: DE ONDE VEIO?**

A temática da sustentabilidade hoje no mundo é fato! Todos comentam, todos falam, muitos a defendem e os meios de comunicação como TV, rádio e principalmente a internet, evidenciam sua necessidade para a perpetuação e salvação do meio ambiente em nosso planeta.

Recebemos constantemente informações sobre intervenções da ONU, e a importância da participação dos poderes públicos para o desenvolvimento da sustentabilidade em nosso planeta.

O mundo se encontra hoje na denominada “Era da Informação”, neste momento somos “bombardeados” com inúmeras informações dos mais diversos tipos, a disponibilização da internet à população em geral aumentou o nível de acesso ao conhecimento, tanto científico, como político (sem mencionar o entretenimento que a mesma proporciona), a população hoje cobra e se informa

de como os governos estão governando, onde está sendo ou não, utilizado o dinheiro público.

A população cobra cada vez mais a tão desejada qualidade de vida, o que inclui não somente moradia e condições financeiras nos dias de hoje, busca-se um ambiente que inspire e proporcione melhor condição de vida.

O termo sustentabilidade começou a ser definido em 1972 quando a Organização das Nações Unidas (ONU) promoveu a conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente em Estocolmo, Suécia.

Sustentabilidade pode ser definida como a característica de um processo ou sistema que permite que ele exista por certo tempo ou por tempo indeterminado. Nas últimas décadas, o termo tornou-se um princípio segundo o qual o uso dos recursos naturais para a satisfação das necessidades presentes não deve comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras. (PEREIRA, 2011, p. 74)

Os primeiros documentos sobre a temática sustentabilidade foram “protocolo de Montreal” aberto em 1985 para adesão, entrando em vigor em 1989 com a adesão de 150 países, o mesmo teve sua revisão em 1990, 1992, 1995, 1997 e 1999, Kofi Annan, diplomata Gana e secretário geral da Organização das Nações Unidas (ONU) de 1997 a 2007 comentou que "Talvez seja o mais bem sucedido acordo internacional de todos os tempos". O protocolo de Montreal tinha como objetivo regulamentar a produção e o consumo de produtos destruidores da camada de ozônio.

Seguido do protocolo de Montreal, em 1997 teve-se início o “Protocolo de Quioto” que tinha como objetivo a ratificação de 55% dos gases que causam o efeito estufa, 175 países assinaram o tratado, assumindo assim a responsabilidade na diminuição da emissão dos gases poluentes para a camada de ozônio.

O Protocolo só entrou em vigor em 2005, após a adesão da Rússia no ano anterior. Cada país teve um índice estabelecido variando os índices a serem atingidos de país para país. Países considerados subdesenvolvidos como o Brasil, México, Argentina e Índia não tiveram metas estipuladas pelo tratado, contudo o Brasil se comprometeu a zerar a emissão de gases causadores do efeito estufa até 2013.

Mesmo que os acordos internacionais tenham sido assinados pela maioria dos países, eles terão de ser negociados também em casa. Para que as metas de redução [previstas no *Protocolo de Quioto*] sejam cumpridas, os governos locais, as pequenas empresas, as grandes corporações e as organizações civis terão de se envolver. (PEREIRA, 2011, p. 57 *apud* DOW; DOWNING, 2007, p. 69).

Em 2000 Kofi Annan propôs a realização de uma reunião de cúpula, realizado de 6 a 8 de setembro em Nova York, que ficou conhecida como a “*cúpula do Milênio*” que teve como resultado a “*Declaração do Milênio*” onde foram estabelecidos os ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que consistem em 8 objetivos a serem alcançados pelos 191 países participantes até 2015.

Objetivos estes identificados abaixo:

- 01- Erradicar a extrema pobreza e a fome;
- 02- Atingir o ensino básico universal;
- 03- Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres;
- 04- Reduzir a mortalidade na infância;
- 05- Melhorar a saúde materna;
- 06- Combater o HIV/AIDS, malária e outras doenças;
- 07- Garantir a sustentabilidade ambiental;
- 08- Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Como se pode observar a sustentabilidade vai além do “proteger o meio ambiente”, mas sim garantir nosso desenvolvimento econômico, melhorias de condições de vida, sem destruir com o meio ambiente, garantindo dessa forma, condições de desenvolvimento e condições de vida para as gerações futuras.

### **3 A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO PARA À SUSTENTABILIDADE**

A sustentabilidade para ser efetiva tem a necessidade de ser vivida, não existe efetividade e prática do que não se conhece.

A gestão da informação, dessa forma, se torna necessária para que a sustentabilidade realmente exista. Todo cidadão tem o direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, coletivo ou geral (FREIXO, 2004). A questão da sustentabilidade não é diferente, possui o agravante de que é considerada uma temática relativamente nova, tendo em consideração que a mídia aborda a temática a menos de 10 anos.

Muitas pessoas já ouviram falar, contudo não sabem ao certo o que isso quer dizer, o que leva a falta de informação, ocasionando, dessa forma, o desinteresse da população pelo tema.

Nos últimos anos, termos como *sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, responsabilidade empresarial ou responsabilidade corporativa* tornaram-se comuns nos debates, em pesquisas e na mídia. No entanto, devido à sua complexidade, eles ainda são pouco compreendidos, mesmo nas escolas e nos meios de comunicação.  
(PEREIRA, 2011. p. 73)

A falta de disseminação da informação gera a desinformação, fazendo com que mesmo que as escolas e as mídias abordem a temática, os usuários da mesma permanecem sem o conhecimento, sem o entendimento de onde e porque a sustentabilidade ou a ausência da mesma interfere na vida cotidiana de cada um de nós, habitantes da sociedade.

A sustentabilidade está nas ruas a caminho de nossos serviços e casas, a ausência da mesma gera problemas, não só ambientais, mas, também, sociais. Tendo em vista as palavras de Wersig *apud* Smith e Fadel de que “informação é o conhecimento para a ação” se torna claro a necessidade da disponibilização das informações sobre propostas e projetos da sustentabilidade, principalmente local, para que a população possa interagir e colaborar na execução dos mesmos. A internet oferece as ferramentas necessárias para que isso se torne realidade.

O cidadão, o usuário – razão última da maioria dos conteúdos e das operações que organizam esses conteúdos na Internet – não pode ser visto como receptor passivo: ele é ativo, agente determinante, livre para escolher e interagir, independentemente do espaço e do tempo. Mais que isso, ele se torna também produtor e intermediário de conteúdos.  
(LIVRO VERDE, 2000. p. 59)

A gestão da informação se faz necessária para a divulgação da sustentabilidade, na garantia de um desenvolvimento sustentável tanto de forma política quanto prática. Não se pode pensar em sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável, sem elaborar junto um plano eficaz de disseminação dessas informações, de forma que, a gestão da informação, sustentabilidade, poder público e desenvolvimento sustentável não sejam vertentes de uma mesma parceria.

Em um contexto em que, a busca de soluções para estas demandas e necessidades pode ocorrer de forma facultativa, evolutiva e institucional ou de forma mandatória no qual o fazer é apenas aquilo que é suficiente para o cumprimento legal. (SMITH; FADEL, 2011.)

A necessidade da gestão da informação se firma junto à sustentabilidade para que os poderes públicos tenham informações o suficiente para a elaboração de suas ferramentas, planos e ações na garantia de um desenvolvimento sustentável.

A gestão da informação se apresenta sobre duas vertentes nesse ponto, tanto para que a comunidade saiba o que e como seu governo trabalha a sustentabilidade garantindo, dessa forma, não só a sustentabilidade e desenvolvimento, mas gerando qualidade de vida para a população e assegurando que as próximas gerações também o terão, como também se apresenta na forma de ferramenta para os poderes públicos para que haja um estudo na identificação dos problemas mais emergenciais garantindo o desenvolvimento sustentável.

Sem a identificação destes problemas, o plano diretor de cada cidade se torna inviável, muitas vezes pode-se encontrar um planejamento que ao ser lido, aparentemente, está perfeito, contudo sua prática não é real. Como pode ser verificado no caso da cidade por meio desta pesquisa exploratória.

Durante a realização da pesquisa foi verificado que a cidade em alguns momentos possuiu, em outros ela ainda tenta possuir um plano de desenvolvimento sustentável, porém a realidade vivenciada é outra.

Nesse contexto o “Modelo processual de administração da informação” proposto por Choo *apud* Smith e Fadel atende a necessidade de organização da informação para um desenvolvimento eficaz, por ser uma “proposta com um ciclo

contínuo composto de seis processos com relação entre si” (Smith e Fadel, 2011.), citados abaixo:

- Identificação das necessidades de informação;
- Aquisição de informação;
- Organização e armazenamento de informações;
- Desenvolvimento de produtos e serviços de informação;
- Distribuição de informação;
- Uso da informação.

Assim como em uma empresa, a prefeitura e suas secretarias devem elaborar um plano para que, primeiramente se identifique quais as necessidades informacionais, de que forma essas informações serão adquiridas, organizadas e armazenadas, de forma que seja possível o desenvolvimento de serviços e produtos, que vindos da política de poder local estarão vinculados ao planejamento e desenvolvimento de projetos que garantam a sustentabilidade e o desenvolvimento da região.

Informações que permaneçam sem tratamento e disseminação são informações que se perdem. Junto com um programa de disseminação das informações a política local deve estimular o uso dessas informações para que as práticas propostas se tornem efetivas.

#### **4 SUSTENTABILIDADE DE RIO VERDE DE MATO GROSSO**

A cidade de Rio Verde de Mato Grosso está localizada a 216 km<sup>2</sup> da capital do estado de Mato Grosso do Sul, sua [latitude](#) 18°55'05" sul e a uma [longitude](#) 54°50'39" oeste, estando a uma altitude de 330 metros. Sua população em 2010 era de 18.890 (IBGE), a cidade possui um clima subtropical, com períodos de seca de Abril a setembro; e com períodos de chuva de outubro a março, tendo uma temperatura média de 36°C. Com uma vegetação típica de cerrado, arbórea aberta, arbórea densa e rica em espécies medicinais da flora existente, Rio Verde possui um terreno caracterizado por 50% arenoso, 20% argiloso e 30% misto.

Sendo a cidade referência no turismo regional, Rio Verde de Mato Grosso começou sua luta pela conservação do meio ambiente em meados de 1993,

quando pela primeira vez, se registrou relatos de crimes ambientais nas fazendas que a cercam.

As primeiras ações para com a sustentabilidade dirigiram-se a conscientização dos proprietários nas fazendas, principalmente, onde se encontram nascentes dos rios, tendo em vista a degradação que ocorria devida a cultura de exploração da época, entretanto a iniciativa da elaboração de um Plano Diretor para a garantia de um desenvolvimento sustentável na região só teve início em 2005, entrando em vigor em Outubro de 2006.

Com sua elaboração nasceram projetos como o “Programa de educação ambiental- Semana Mundial do Meio Ambiente”, que foi constituído de três etapas: reunião com professores; palestras nas escolas; e a ação de reflorestamento, onde foram plantadas 600 espécies nativas nas margens do rio com cercamento do local para a proteção das mudas. Hoje este projeto já não é mais realidade, e a sustentabilidade é trabalhada de forma abstrata nas escolas.

Durante a elaboração do Plano Diretor as ações emergências, segundo informações do Ministério do Meio Ambiente, eram a promoção da gestão rural para a conservação do solo e da água; a recomposição da reserva legal das APAS (Áreas de Preservação Permanente); e a capacitação e apoio para o gerenciamento dos recursos hídricos.

Os projetos que ainda se encontram em pleno funcionamento é o de preservação das APAS, o Programa de Recuperação das Microbacias do Rio Taquari, lançado em junho de 2011, o programa teve sua iniciativa pelo Governo do Estado, que disponibilizou diversas verbas para a implantação do mesmo, o projeto ainda se encontra em fase de execução, e visa também à criação de viveiros para o plantio de espécies naturais.

A nova administração do COINTA, que tomou posse em Janeiro de 2013, declarou que ira investir na coleta seletiva de lixo, nos postos de reciclagem, tratamento de entulho e restos de materiais de construção e postos de compostagem.

## **5 MATERIAS E MÉTODOS**



A pesquisa foi definida como uma pesquisa de campo exploratória, com o método descritivo devido seu caráter social. Para maior abrangência das informações, a coleta de dados foi dividida em duas partes. Na primeira parte foram coletadas informações sobre os projetos existentes para a região, junto à prefeitura e a secretaria de meio ambiente e turismo; foi realizada uma entrevista com uma historiadora local, que forneceu um histórico sobre como a necessidade da sustentabilidade nasceu e como ela é tratada na cidade de Rio Verde de Mato-Grosso.

Na secretaria do Meio Ambiente e Turismo foram coletadas informações sobre os projetos existentes e os em vigor, como também a sequência que está prevista as execuções destes projetos.

Após a estruturação da linha do tempo sobre as práticas sustentáveis no histórico da cidade, e a coleta de quais são os projetos em execução, como segunda parte da coleta das informações foi aplicado um questionário com alguns cidadãos escolhidos aleatoriamente, no centro comercial de Rio Verde de Mato Grosso/MS, importante ressaltar que Rio Verde possui menos de 19 mil habitantes, e o centro comercial da cidade compreende uma única rua, com uma media de 2 km de comprimento.

## **6 ANÁLISE E RESULTADOS**

Os resultados obtidos da tabulação dos dados coletados nos questionários aplicados revelam que 97% da amostragem obtida, conhecem o “termo” sustentabilidade, tendo em vista que 41% foram apresentados ao conceito de sustentabilidade através da televisão, 12% através da internet, fica subentendido que a concepção sobre a temática é superficial, 47% responderam que foram apresentados ao termo na escola ou faculdade.

O fato de que a maioria pesquisada tenha sido apresentada ao assunto na área educacional, traz uma triste avaliação na divulgação e disseminação dos projetos e ações em prol da sustentabilidade, pois quando indagados sobre as ações existentes na cidade, somente 21% da população disse conhecer os projetos existentes, contra 79% que afirmam não conhecerem os projetos de

sustentabilidade existentes, o que nos traz novamente as palavras de Pereira (2011) ao afirmar que o tema ainda não é compreendido.

Em seguida, a falta de disseminação e divulgação da sustentabilidade local e sua importância para a garantia do desenvolvimento equilibrado é reafirmada, tendo em vista que somente 31% da população pesquisada acreditam haver sustentabilidade local, e 69% acreditam que Rio Verde de Mato Grosso não possui sustentabilidade.

O questionário possuía abertura para citar algum projeto sustentável existente na cidade, e foi identificado que realmente uma pequena parcela da população possui conhecimento sobre os projetos de sustentabilidade local, como o viveiro municipal com plantas nativas (4%), a recuperação da Bacia do Rio Taquari (3%), a revitalização das margens do Rio Verde (20%), o programa de Resíduos sólidos (3%), contudo 70% da população pesquisada informou não conhecer nenhum projeto sustentável pra a cidade.

A pesquisa com a população local não revelou nenhum projeto diferente dos identificados junto à prefeitura e a secretaria de meio ambiente, contudo ao ser solicitado para que o indivíduo identifica-se os projetos sustentáveis que ele conhecia 19% da população pesquisada informaram conhecer o projeto de Recuperação da Bacia do rio Taquari, 35% informaram conhecer o projeto de revitalização das margens do rio Verde, e 11% informou conhecer o projeto sobre os Resíduos Sólidos, estabelecendo um comparativo com a questão anterior verifica-se que mesmo não existindo um trabalho estruturado de disseminação da informação o tradicional.

Ao ser indagado sobre a ação dos poderes públicos na divulgação da sustentabilidade local, 83% dos indivíduos participantes acredita não haver disseminação das informações para a vivência da sustentabilidade local, contudo foi possível identificar que a população possui consciência das etapas futuras dos projetos em execução, como a construção do viveiro municipal e o programa sobre os resíduos sólidos.

Durante a aplicação do questionário com a população foi constatado que ao ser indagado sobre o conhecimento dos projetos a maioria dos indivíduos respondeu não conhecer os projetos de sustentabilidade local, contudo ao se

deparar com o nome do projeto todas as pessoas demonstraram ter consciência sobre que ação era feita ou seria feita referente às ações propostas pelo governo.

Com a tabulação dos dados, foi possível verificar que a disseminação das informações dos projetos de conservação ambiental ocorre de forma desestruturada, sem uma sequência lógica e estruturada.

A necessidade da estruturação de um projeto de gestão da informação de forma clara e objetiva se faz realidade necessária em prol da vivência da sustentabilidade, que somente pode ser praticada com o conhecimento.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Durante a realização da pesquisa ficou claro que a população possui informações sobre o que envolve o tema sustentabilidade, contudo não possui o conhecimento suficiente para que seja realidade sua prática.

A falta de estruturação da gestão para o acesso e uso da informação desvaloriza a ação dos poderes públicos perante a temática, não há um trabalho de conscientização ou divulgação sobre o porquê das ações sustentáveis e qual sua importância para a população.

Pensar a gestão da informação como uma estratégia ao gerenciamento dos processos relacionados às ações sustentáveis do executivo local poder-se-ia melhor estruturar os fluxos de informação no contexto gerencial e da própria comunidade, estabelecendo parcerias com as escolas e organizações locais, criando, assim, um importante e expressivo movimento em função da causa sustentável.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Conteúdos e identidade cultural. In \_\_\_\_\_. **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Organizado por Tadao Takahashi. Brasília, DF: ministério da ciência e tecnologia, 2000. Disponível em <<http://www.mct.gov.br/index.php/>> Acesso em: 26 Fev. 2013.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo: Saraiva, 2003.

FREIXO, Aurora. Gestão da informação no estado brasileiro: aplicação da legislação sob a ótica das estruturas organizacionais e dos sistemas. In:

XXV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documento e Ciência da Informação – Florianópolis, SC, Brasil, 07 a 10 de julho de 2013

ENCONTRO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO- CIFORM, 5., 2004, Salvador. **Anais...** Salvador: EDUFBA, ICI, 2004. p. 59-66. Disponível em: [WWW.cinform.ufba.br/v\\_anais/artigos/aurofreixo.html](http://WWW.cinform.ufba.br/v_anais/artigos/aurofreixo.html) Acesso em 27 Fev. 2012.

PEREIRA, A. C.; SILVA, G. Z. da; CARBONARI, M. E. E.. **Sustentabilidade na prática:** fundamentos, experiências e habilidades. Valinhos: Anhanguera publicações, 2011.

SILVA, T. E. da. Política de informação na pós-modernidade: reflexões sobre o caso do Brasil. Revista Informação e sociedade: estudos, v.1 n.1, 1991. p. 8 – 13. Disponível em: <<http://www.informacaoesociedade.ufpb.br>> Acesso em: 01 março 2013.

SMITH, M. S. J.; FADEL, B.. Gestão da informação e sustentabilidade: uma relação dependente da cultura organizacional. **Revista EDICIC.** Caribe, v.1, n.3, p.164-179, Jul/Set.2011. Disponível em <[HTTP://www.edicic.org/revista/](http://www.edicic.org/revista/)> Acesso em: 27 Fev. 2013.